

CONAE - MEC

Antes de mais nada é preciso louvar a iniciativa do MEC de promover uma Conferência Nacional na busca de um pacto nacional pela educação, unindo, nessa luta, a sociedade civil, o empresariado, o legislativo, o executivo e o judiciário. A Conferência deverá ser um ponto de partida para ações concretas conjuntas.

Como todo documento, o “Documento Referência” da CONAE tem seu lado positivo e seu lado negativo, seus méritos e deméritos.

Como **mérito** destaco o próprio fato da Conferência Nacional de Educação 2010 já ter um documento de discussão para orientar os debates preparatórios (conferências municipais, intermunicipais e estaduais). Abrir um debate, provocar discussões, é importante no processo de preparação da Conferência.

O lado mais **negativo** do documento é sua **concepção geral**, sua filosofia educacional. Quem o escreveu tem uma visão instrucionista da educação, uma visão conteudista, “bancária”, diria Paulo Freire. Confunde educação com escolarização. Daí decorre a ausência de conceitos importantes como educação popular, emancipadora, uma concepção da educação como prática da liberdade.

Muito além da pura instrução, a educação é um processo de construção de liberdades e conquista de direitos e de autonomia (PF). A educação cidadã não tem lugar nesse documento. Não basta incluir. É preciso emancipar. Não há “emendas” - sem “supressivas” e nem “aditivas” - que possam salvar essa concepção!

Essa concepção contraria a visão do Ministro da Educação Fernando Haddad que em seu artigo na *Folha de S. Paulo* de 29 de março de 2009 intitulado “Educação: duas visões” defendia uma visão “progressista”, criticada, logo em seguida, dia 3 de abril de 2009, no mesmo jornal, por Alexandre Schneider em seu artigo “O ministro e o mundo binário”, o qual sustentou que Haddad estaria “politizando a área”: “o que se vê no artigo do ministro da educação é um discurso político-partidário e eleitoral, sem correlação com a realidade”, afirmou Schneider. Toda educação é política, dizia Paulo Freire.

O Documento do MEC confunde qualidade com gestão do sistema como se bastasse construir formalmente um bom sistema para melhorar a qualidade. Sustenta a tese conservadora de que o problema da educação brasileira é a sua má gestão, a falta de uma “articulação”. Entre gerenciar e revolucionar o Documento fica no gerenciamento.

O contexto do nosso atraso educacional é também explicado pela falta de um Sistema Nacional. Mas conta muito mais a falta de vontade política. A Suíça tem 24 sistemas e tem um ensino de boa qualidade. A descentralização é importante. Penso num “sistema único e descentralizado”, próximo ao que é o SUS, e não num sistema verticalizado. Fala-se no Documento em “articulação”, mas não há propostas referentes ao que cabe a cada sistema.

O MEC convocou a CONAE para discutir um **Plano Nacional da Educação**. Mas será que precisamos mesmo de um novo PNE? Ele resolverá, por exemplo, a falta de vontade política que resultou no maior insucesso do governo Lula: o **aumento do analfabetismo**, estampado nos jornais no dia 19 de setembro de 2009, quando Paulo Freire completaria 88 anos? - “O número absoluto de analfabetos adultos passou de 14,136 milhões para 14,247 milhões” (IBGE/PNAD 2008).

Esses são os números que o Brasil apresentará em Belém, no final do ano, na VI Conferência Internacional de Educação de Adultos da UNESCO que, pela primeira vez se realiza no hemisfério sul. Os números mostram o descaso em relação ao combate ao analfabetismo: o índice de analfabetismo diminuiu apenas 0,1%, pressionado pelo bom resultado do Nordeste, região que teve maior participação da sociedade civil: a taxa de analfabetismo recuou de 9,9% para 9,8% entre 2007 e 2008.

Além da crônica falta de recursos para essa que deveria ser considerada uma “modalidade da educação básica”, como está no PNE-2001, a decisão do governo de afastar a sociedade civil do processo, contrariando a Comissão Nacional de Alfabetização, foi, ao meu ver, o fato mais decisivo que contribuiu para esse que considero o mais fracasso do governo Lula. E não faltaram

alertas para a equivocada reformatação do Brasil Alfabetizado, em 2007, pressionado pela CPI das ONGs. Como falar em em “Todos pela Educação”, ignorando a decisiva e necessária participação da sociedade civil?

Sei que o fim do analfabetismo no Brasil não é só responsabilidade do governo federal: é responsabilidade das três esferas de governo. Mas é inaceitável, seja quem for o responsável, que o direito humano à educação seja negado duas vezes aos adultos, esperando que eles morram para que as estatísticas melhorem. Essa visão necrófila é dominante em todas as esferas de governo.

O governo Lula é, sem sombra de dúvida, o que mais realizou em favor dos “esfarrapados do mundo”, como diria Freire. Ele não merece passar para a história como o governo inverteu, negativamente, os índices de analfabetismo no Brasil. Não posso concordar com isso.

As perspectivas da Conferência Nacional de Educação em relação à **Educação de adultos** não são boas. O Documento de Referência não aceita que as pessoas possam aprender alguma coisa fora da sala de aula, ignora um dos conceitos mais importantes da teoria educacional contemporânea: *lifelong learning*, apredizagem ao longa da vida. No que se refere à Educação de Adultos, dedica-se um último parágrafo, (p.113) repetição de outro (p. 53) que sugere que se “consolidem” as políticas que resultaram no atual aumento do analfabetismo adulto.

O documento da CONAE confunde Educação de adultos com educação “supletiva”, compensatória e aligeirada. Não defende uma concepção ampliada de EA que associa o direito de aprender ao longo de toda a vida e não uma pura escolarização.

Alguns temas ainda precisam ser discutidos mais, como vem defendendo a *Campanha Nacional pelo Direito à Educação* lançada em 1999;

a) a implementação imediata da Lei 11.738/08 que estabelece o **Piso Salarial Nacional** do Magistério;

b) a regulamentação do inciso VI do artigo 206 da Constituição que prevê a “gestão democrática do ensino público”;

c) a gratuidade de 0 a 17 anos e não de 7 a 14. Faltam creches. Só em São Paulo 84 mil crianças esperam por vagas.

Enfim, trata-se de um documento medroso.